



Entre a autonomia e a precarização: a inserção de meninas com passagem pelo sistema socioeducativo nas dinâmicas do tráfico de drogas com base na perspectiva do trabalho

Camila Caldeira Nunes Dias¹

Fabíola Perez Corrêa²

Resumo: O artigo se propõe a analisar a inserção de meninas no comércio ilícito de drogas com base na perspectiva do trabalho. Sob o contexto da reorganização do controle do tráfico por meio de formas mais estáveis de comércio e do fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, o estudo relaciona categorias como juventude, gênero e trabalho. Por meio de entrevistas e análises de trajetórias de vida, buscou-se compreender aspectos centrais que a atividade proporciona, como autonomia, poder e pertencimento, ao mesmo tempo em que impõe precarização, exploração e desigualdade de gênero.

Palavras-chaves: tráfico de drogas; gênero, trabalho, meninas; sistema socioeducativo.

1 Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo – SP – Brasil - : camila.dias@ufabc.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8389-3830>

2 Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo – SP – Brasil - fabiola.perez@ufabc.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3626-916X>

Between autonomy and precariousness: the insertion of girls who have passed through the socio-educational system in the dynamics of drug trafficking from the perspective of work

Abstract: *The paper proposes to analyze the insertion of girls in the illicit drug trade from the perspective of work. Under the context of the reorganization of drug control through more stable forms of commerce and the strengthening of the Primeiro Comando da Capital (PCC) in São Paulo, the study relates categories such as youth, gender and work. Through interviews and analyzes of life trajectories, we sought to understand central aspects that the activity provides, such as autonomy, power and belonging, while at the same time imposing precariousness, exploitation and gender inequality.*

Keywords: *drug trafficking; gender, work, girls; socio-educational system.*

Entre la autonomía y la precariedad: la inserción de niñas que han pasado por el sistema socioeducativo en la dinámica del narcotráfico desde la perspectiva del trabajo

Resumen: El artículo se propone analizar la inserción de las niñas en el tráfico ilícito de drogas desde la perspectiva del trabajo. En el contexto de la reorganización del control del narcotráfico a través de formas de comercio más estables y el fortalecimiento del Primeiro Comando da Capital (PCC) en São Paulo, el estudio enumera categorías como juventud, género y trabajo. A través de entrevistas y análisis de trayectorias de vida, buscamos comprender aspectos centrales que proporciona la actividad, como la autonomía, el poder y la pertenencia, al mismo tiempo que impone la precariedad, la explotación y la desigualdad de género.

Palabras-clave: tráfico de drogas; género, trabajo, niñas; sistema socioeducativo.

1. Introdução

O envolvimento de jovens³ com a criminalidade urbana se tornou um problema e passou a ter visibilidade no Brasil na passagem entre os séculos XIX e

3 A conceituação de juventude, segundo Fraga e Iulianelli (2005), é um produto sócio-histórico, com concepções próprias e funções específicas. Uma vez que a tematização sociológica busca ir além dos limites das faixas etárias, a fim de compreendê-la como resultado de construções sociais, optou-se por usar tais termos.

XX (Abramo, 1994; Alvarez, Cukierkorn, Paula, Salla, Schritzmeyer, 2009; Paula, 2015). Em um período marcado por transformações políticas, sociais e econômicas, a presença de adolescentes nas ruas dos centros urbanos do país e seu envolvimento em contravenções passou a chamar a atenção da opinião pública e permanece até hoje como um dos principais símbolos das desigualdades sociais (Alvarez, Cukierkorn, Paula, Salla, Schritzmeyer, 2009; Paula, 2015). Para trabalhar, analisa Paula (2015), muitos pais e mães operários, levavam seus filhos para as fábricas ou os deixavam sozinhos durante a jornada, provocando sua precoce inserção no mundo do trabalho, uma vez que não havia um aparato institucional capaz de absorver a demanda por creches e escolas. A Constituição Federal de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente⁴ (ECA), em 1990, redefinem esta parcela da população como sujeitos de direitos e não mais como objetos de tutela do Estado (Paula, 2015). Contudo, persistem imensos desafios para assegurar os direitos dessa parcela da população.

Desde a década de 1980, os jovens no Brasil são as maiores vítimas da violência e da morte precoce. De acordo com o Atlas da Violência 2021⁵, a cada 100 jovens com idades entre 15 e 19 anos que morreram no país em 2019, 39 foram vítimas de violência letal. Conforme o estudo, dos 45.503 homicídios ocorridos naquele ano, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. Contudo, essa mesma parcela da população aparece, historicamente, como possível ameaça à ordem pública, agressores e criminosos em potencial, que necessitam ser contidos por meio de medidas punitivas ou moralizadoras.

Considerando o campo de reflexões que se constituiu em torno dos problemas relacionados à juventude, este artigo propõe a compreensão acerca da inserção de meninas no tráfico de drogas, com base na perspectiva do trabalho, com o objetivo de captar dilemas envolvidos na forma como meninas entendem sua participação no comércio ilícito de drogas, ora compreendido como trabalho que possibilita liberdade e novas sociabilidades, ora como forma de exploração e reprodução de subalternidade. Ressalta-se que a dimensão de gênero perpassa toda a análise proposta – reconhecendo a intencionalidade das escolhas das meninas, sem deixar de considerar, no entanto, os impactos da

4 Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. De acordo com a legislação, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Para ver mais, acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 dez. 2022.

5 O estudo aponta que, ao se considerar a série histórica dos últimos onze anos (2009-2019), 333.330 jovens com idades entre 15 e 29 anos foram vítimas da violência letal e “não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas (...)” (Cerqueira, 2021: 27).

subordinação, da divisão sexual das atividades, da opressão e silenciamento das jovens sobre suas trajetórias. Para tanto, o artigo se debruça sobre as seguintes discussões: a inserção do jovem na economia do tráfico de drogas, a atuação feminina nesta dinâmica criminal e a repartição sexual das atividades nos pontos de comércio das substâncias com base na análise de trajetórias de vida de meninas que cumpriram medidas socioeducativas em São Paulo por ato infracional análogo ao tráfico.

As reflexões propostas se articulam em torno das narrativas de três meninas com trajetórias marcadas pelo envolvimento no comércio ilegal de substâncias ilícitas entre 12 e 18 anos, faixa etária descrita pelas diretrizes legais e normativas do ECA como adolescência. Optou-se por um número reduzido de entrevistadas em função do objetivo de fazer uma análise qualitativa das trajetórias. O estudo buscou compreender aspectos da infância e da juventude que levaram ao envolvimento com o tráfico, o entendimento acerca desta dinâmica como forma de trabalho, dimensões de autonomia e pertencimento a grupos sociais oferecidas com a atividade, formas de precarização impostas pelo tráfico e percepções sobre um eventual protagonismo percebido por elas.

Nesse sentido, o artigo se utiliza das ferramentas da história oral para construir sua fundamentação teórico-metodológica. Ao descrever o uso da técnica nas Ciências Humanas, Ribeiro (2021) argumenta que, na medida em que se registram histórias de pessoas comuns e suas visões de mundo, faz-se com que a ciência entre em contato com versões e possibilidades de explicação, compreendendo, assim, movimentos mais amplos. Com base na conceituação de Meihy e Holanda (2007), que compreende a história oral como uma prática de apreensão de narrativas feitas por meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, entende-se que uso da história oral contribui para um trabalho de pesquisa atento ao diálogo e à colaboração de sujeitos, no qual se consideram experiências, memórias, identidades e subjetividades com vistas à produção do conhecimento. Assim, considera-se o entrevistado não apenas como um depoente, mas como colaborador e agente ativo de sua história.

A opção por entrevistar meninas que tiveram passagem pela instituição socioeducativa se deu porque, em São Paulo, estado com a maior quantidade de jovens no sistema socioeducativo, dados da Fundação Casa⁶ mostram que, nos

6 Instituição vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania em que jovens de 12 a 21 anos cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade e semiliberdade, de acordo com diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

últimos sete anos, o ato infracional análogo ao tráfico de drogas é o que mais origina medidas de internação. Em 2019, o número de internações registradas pela instituição foi de 3.082, excluindo as modalidades “internação provisória” e “internação sanção”. Deste total, foram privadas de liberdade por ato infracional análogo ao tráfico de drogas 50,9%.

As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2019, de forma presencial⁷. Os encontros foram marcados com antecedência e as conversas foram gravadas com autorização prévia das jovens. As entrevistadas atuaram em pontos de comércio de drogas em diferentes bairros periféricos de São Paulo, mas quando foram entrevistadas estavam empregadas em atividades formais. Os contatos com as jovens foram estabelecidos a partir de atividades da Fundação Casa de São Paulo com a participação de meninas com passagem pela instituição, por meio de funcionários dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Cedeca) e encontros temáticos com jovens que cumpriram medidas socioeducativas.

A primeira entrevistada é Giuliana⁸, de 19 anos, moradora da zona oeste de São Paulo. A jovem relata que teve uma infância turbulenta. Segundo ela, o pai usava drogas e trabalhava no tráfico. Assim, a infância da menina foi marcada por episódios de violência doméstica e visitas do Conselho Tutelar em sua casa. Os primeiros contatos com as drogas, lembra a jovem, ocorreram em seu núcleo familiar. Ela transportava produtos para o tio a pedido do pai. Aos 12 anos, começou a morar com o pai e a atuar ativamente nas atividades do tráfico.

Karina, de 20 anos, é a segunda entrevistada. Ela nasceu e cresceu na periferia da zona norte de São Paulo. Filha de pais separados, a jovem relata que durante a infância teve de cuidar das irmãs e que passava boa parte do dia sozinha, enquanto a mãe saía para trabalhar. Nesses intervalos, Karina era convidada pelas amigas do bairro para conhecer a *loja* da região em que vivia. A menina enxergava no tráfico uma possibilidade de estreitar a convivência com as demais garotas. Para ela, o trabalho no tráfico não rendeu frutos, uma vez que foi detida em sua primeira experiência.

7 As entrevistas foram realizadas como parte do material empírico que compõe a dissertação de mestrado “Queria tramar na loja, tem como?” – As relações e percepções de meninas que cumpriram medidas de internação com as dinâmicas do tráfico de drogas em São Paulo, escrita por Fabíola Perez Corrêa e orientada pela Prof^ª Dr^ª Camila Nunes Dias, defendida em novembro de 2021, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC.

8 Todos os nomes são fictícios e quaisquer menções a fatos, locais ou datas que possam identificar as interlocutoras foram suprimidas dos relatos.

Por fim, a terceira entrevistada é Estela, jovem de 21 anos, que vive na periferia da zona leste de São Paulo. Ela também relata que a mãe foi vítima de violência doméstica por parte do pai, que fazia uso abusivo de álcool e drogas. O primeiro contato com a droga ocorreu enquanto distribuía panfletos nas ruas para ajudar a sustentar a família. A proximidade com pessoas que haviam tido experiência com drogas levou a menina a se envolver com outras dinâmicas criminais, como o roubo. Depois de vivenciar a adrenalina proporcionada em alguns assaltos, a jovem passou a trabalhar em *lojas* da região em que vivia até gerar ao posto da gerência.

Quadro 1 – Perfil e trajetória das jovens entrevistadas – Síntese

Nomes fictícios/ Categorias de perfil	Jovens entrevistadas após terem cumprido MSE de internação		
	GIULIANA	KARINA	ESTELA
Idade*	19 anos	20 anos	21 anos
Ruptura de vínculos familiares	Deixou de viver com a mãe e os irmãos quando começou a traficar	Não tinha contato com o pai	Pais divorciados. Cresceu somente com a mãe
Conflitos familiares	Brigas frequentes com a mãe intermediadas pelo Conselho Tutelar	Relata brigas entre a mãe e a irmã com passagem pelo sistema prisional	Pai fazia uso abusivo de álcool e drogas e agredia a mãe
Passagem por abrigos	Não relata	Não relata	Relata ter sido trazida a São Paulo pelo Conselho Tutelar e ter fugido de abrigos
Abuso sexual, maus-tratos	Agredida fisicamente pela mãe	Não relata	Não relata
Interrupção dos estudos	Relata ter abandonado os estudos “aos poucos”	Estudou até o 1º ano do Ensino Médio. Relata não ter conseguido estudar e trabalhar	Estudou até o 1º ano do Ensino Médio. Interrompeu os estudos após ter repetido o ano
Relacionamentos	Casada após a internação	Namorava antes da internação	Namora uma jovem após a internação
Familiar no sistema prisional	Não relata	Irmã e primo presos	Não relata
Total de medidas socioeducativas cumpridas	Uma internação provisória e duas internações	Internação provisória	Liberdade assistida, internação

Fonte: Elaboração própria

* Idades informadas no momento em que concederam entrevistas para a pesquisadora.

2. O gênero e a economia das drogas ilícitas

A participação de mulheres em atividades ilícitas envolve uma ampla gama de fatores e não se explica somente por meio do entendimento superficial de que costumam ser influenciadas por companheiros e familiares. Análises mais tradicionais sobre a diferença entre a criminalidade feminina e masculina se baseiam na imagem da mulher como naturalmente dócil, passiva e menos suscetível à prática de comportamentos violentos. “Uma vez que a violência e a agressão não fazem parte da ‘natureza feminina’, mulheres que se engajam em crimes são consideradas loucas, com necessidade de intervenção legal ou psicológica” (Barcinski, 2009: 578).

Com isso, é necessário colocá-las no centro do processo decisório, enfatizando a intencionalidade e a força de suas trajetórias pessoais. “Há uma reprodução do discurso vitimizador que é, no mínimo, equivocado, pois anula a mulher, mesmo que autora de um delito, da condição essencial de sujeito, de protagonista” (Ramos, 2012: 108). Para algumas mulheres, o envolvimento com o tráfico de drogas é assumido como escolha pessoal. “O poder e o respeito que experimentavam como traficantes era o principal motivador para suas escolhas” (Barcinski, 2009: 577). Todavia, é importante considerar que, se por um lado, ingressam na traficância ilegal para obter reconhecimento e *status*, por outro, observa-se que as relações discriminatórias de gênero também as atingem no mercado ilícito (Cortina, 2015).

A partir dos anos 1970, por influência das lutas sociais empreendidas nesse período e, sobretudo, travadas por movimentos feministas, os papéis desempenhados pelas mulheres passam a ser questionados, negando a subordinação do sexo e do gênero feminino como determinante ou ontológico. Nesse ponto, insere-se a compreensão do gênero⁹ enquanto matriz teórica oriunda do feminismo, que agrega distintas concepções.

Nas palavras de Scott, “o uso do ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por ele, nem determina diretamente a sexualidade” (Scott, 1995). O termo, observa a historiadora, é utilizado para designar relações sociais entre os sexos e se torna uma forma de indicar construções culturais, a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados a homens e mulheres. “Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres (...). É uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott,

9 Para tratar das concepções de gênero, optou-se pela orientação pós-estruturalista acerca do tema elaborada pela historiadora estadunidense Joan Scott (1995).

1995: 75). Para a autora, a categoria legítima e constrói relações sociais. Com base nisso, é possível compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade, assim como as formas particulares e específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Para Angela Davis (2016), é fundamental considerar a intersecção entre raça, classe e gênero para um novo modelo de sociedade. A autora alerta para a necessidade de movimentos feministas se desvencilharem da categoria “mulher” como noção universal. Nesse percurso, Davis (2019) observa que muitas mulheres foram excluídas dessa discussão. No entanto, não bastaria apenas incluí-las nesse debate. No tocante à punição, é preciso reconhecer seu caráter profundamente influenciado pelo gênero.

Assim, a formulação do gênero enquanto categoria teórica é essencial como instrumento de interpretação das estruturas organizacionais das relações sociais e de poder. Bem como as categorias de raça e classe, o gênero traz à luz o cenário de dominação antes silenciado pela invisibilidade imposta às pessoas oprimidas (Cortina, 2015). Entendendo o gênero como uma construção social e um campo onde o poder é articulado, torna-se possível um olhar mais atento sobre o processo de criminalização das mulheres ao longo das décadas. Isso permite observar como papéis sociais são atribuídos a homens e mulheres nas dinâmicas do tráfico de drogas.

Nas décadas de 1980 e 1990, o tráfico de drogas em São Paulo já era um importante mercado ilícito, mas visto como um comércio desorganizado e fragmentado, em contraposição ao mercado do Rio de Janeiro, que parecia mais estruturado em torno de grupos baseados nas prisões, especialmente, o Comando Vermelho (CV) (Coelho, 2005). Em São Paulo, as bocas de fumo, pontos de venda de drogas no varejo, multiplicavam-se sem a existência de grupos que exercessem controle ou regulação sobre esse mercado, o que, observa Dias (2013), abria espaço para disputas violentas em que assassinatos se constituíam como elementos centrais para garantir o controle, pagamento de dívidas e assegurar o poder.

O processo de mudança na criminalidade paulista, descrito por diversos autores (Dias, 2013; Manso, 2012; Feltran, 2010; Telles e Hirata, 2007), marcado nas periferias pela diminuição de homicídios de jovens que se impunham pela disposição de matar, cedeu lugar a um território em equilíbrio nos anos 2000. Nesta nova configuração para o mercado de drogas, aponta Manso (2012), os integrantes passaram a atuar, evitando portar armas e criando mecanismos de arbitragem dos conflitos por meios menos violentos. Com isso, mais pessoas começaram a atuar no ramo, fortalecendo o setor ao final da década.

Neste contexto, Feltran (2010) observa que, também a partir dos anos 1990, em razão das crises e dificuldades no âmbito do trabalho – categoria central na sociabilidade das periferias –, o “mundo do crime”¹⁰ passa a ser considerado elemento constitutivo das trajetórias de jovens. Assim, este mundo aparece como um ambiente de relações sociais legítimas como quaisquer outras. Trata-se de um espaço que apresenta aspectos específicos, como a geração de renda, e se constitui como um lócus normativo para ordenamento da dinâmica social e obtenção de justiça.

A reconfiguração no controle do tráfico de drogas ocorrida em São Paulo produziu efeitos importantes sobre os jovens pobres, moradores dos bairros periféricos. O país, observa Feffermann (2006), tem um grande número de excluídos, sem emprego ou perspectivas. Isso cria incertezas e violência, estimulando o recrutamento desses jovens por facções criminosas. Somado a isso, a autora entende que a prática do tráfico de drogas em São Paulo é indissociável do fenômeno de urbanização da cidade, marcado pela produção e perpetuação de vastos territórios de exclusão social. Absorvidos nessa encruzilhada, muitos jovens se alinham a essas dinâmicas. Excluídos do mercado formal, essa parcela é obrigada a desenvolver estratégias de sobrevivência (Feffermann, 2006). Assim, é possível perceber que a influência da organização criminal como instância reguladora de conflitos e detentora do controle de tráfico nas periferias perpassa, de diferentes formas, a vida das jovens entrevistadas¹¹.

2.1. O tráfico de drogas, a punição e o gênero

As dinâmicas do tráfico de drogas estão intimamente ligadas à feminização da pobreza¹², ao encarceramento de mulheres adultas e à internação de jovens. Segundo o Infopen Mulheres (2017)¹³, o Brasil possui uma população prisional de 726.712 pessoas, das quais 37.828 são mulheres. Ainda que o número de mulheres seja inferior ao de homens encarcerados, o aumento da população prisional feminina entre os anos 2000 e 2016 foi de 656%. Neste mesmo período, o aumento masculino foi de 293%. Um dos motivos

10 Expressão mantida pelo autor para preservar a forma como é utilizada cotidianamente nas periferias de São Paulo.

11 A jovem Giuliana afirma que todas as *lojas* em São Paulo são do PCC e pontua que qualquer ato de desobediência é passível de represálias. Estela relata que os donos da *loja* em que trabalhava eram membros da organização e que pensaria em fazer parte da organização se pudesse ter condições financeiras melhores.

12 Consideração estatística e social de que a pobreza tem atingido de forma significativa as mulheres, uma vez que cada vez mais mulheres são responsáveis pelo sustento de famílias monoparentais. (Cortina, 2015: 767).

13 Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

que ajuda a compreender esse cenário é a Lei de Drogas de 2006, que, como apontam Dias e Gonçalves (2017), confere discricionariedade aos operadores do Direito para definir o que é ou não tráfico de drogas, impulsionando o número de prisões. Vale mencionar que 64,48% da população prisional feminina brasileira possui vinculação penal por envolvimento com o tráfico de drogas (INFOPEN, 2019).

O fenômeno da criminalidade entre as jovens tem aumentado em muitos países do mundo, conforme assinalam Assis e Constantino (2001). No entanto, esse crescimento vem sempre a reboque da delinquência juvenil masculina. De acordo com as autoras, na realidade brasileira, o crescente envolvimento das mulheres com infrações ficou comprovado tanto entre adolescentes quanto adultas, especialmente em decorrência de sua inserção no mercado ilegal de drogas.

No cenário socioeducativo, dados divulgados pelo Levantamento Anual do Sinase¹⁴, referentes ao ano de 2017, indicam que 24.803 jovens entre 12 e 21 anos cumprem medidas socioeducativas de internação, regime de semiliberdade, internação provisória e 1.306 em outras modalidades que incluem atendimento inicial, internação sanção e medida protetiva, totalizando 26.109 jovens com passagem pelo sistema. Destes, 25.063 são homens e 1.046, mulheres. Embora as jovens representem 4% do total, é importante observar os fatores que as levam à privação da liberdade.

Como citado anteriormente, em São Paulo, dados da Fundação Casa mostram que, nos últimos sete anos, o ato infracional análogo ao tráfico de drogas é o que mais origina medidas socioeducativas de internação. Se, em 2019, mais da metade das jovens foram internadas por tráfico de drogas, os anos subsequentes seguiram a mesma tendência. Em 2020, foram registradas 2.471 internações, sendo 1.238 por participação no comércio ilícito de drogas. Em 2021, registros computados até o mês de setembro mostravam um total de 746 internações. Destas, 50,6% eram por tráfico de drogas.

Outro importante aspecto a ser considerado na punição de meninas por atos análogos ao tráfico de drogas é a racialização. Em São Paulo, de acordo com registros da Fundação Casa, em 2019, foram internadas por tráfico de drogas 985 meninas pretas e pardas em um total de 1.569 internações, o que significa 62,7%. Em 2020, entre 1.238 adolescentes internadas por tráfico, 782 eram pretas e pardas, o que corresponde a 63,1%. Por fim, até setembro de

14 Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

2021, foram internadas 1.238 jovens, das quais 782 eram pretas e pardas, o que equivale a 66,7%.¹⁵

Nesse sentido, é possível estabelecer algumas relações entre o crescente encarceramento de mulheres e a internação de meninas para cumprimento de medidas socioeducativas. O Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil¹⁶ (2015) concluiu que, “apesar da legislação específica (ECA) regulando uma forma diferenciada de punição aos atos infracionais, na prática, o que se revela são instituições corretoras com ideologias e práticas muito semelhantes às das unidades penitenciárias de adultos, que encarceram um perfil específico de adolescente” (Sinhoretto, 2015: 12). Assim, a autora aponta que há uma tendência de recrudescimento das medidas punitivas sobre a população juvenil, da mesma forma em que ocorre com as políticas punitivas destinadas aos adultos.

Ao tentar compreender a chegada às unidades socioeducativas e os contatos com técnicos e colegas, Gonçalves (2017) observa que, para os jovens, ser apreendido pela polícia e sentenciado a cumprir uma medida socioeducativa de internação é como uma primeira experiência pela prisão. A primeira institucionalização se constitui como um rito de passagem em suas trajetórias. “Ele passa a ser alguém com antecedentes criminais e, assim também frente ao Estado, muda seu antecedente” (Feltran, 2008: 91). Este rito, pondera Gonçalves (2017), altera o *status* frente ao mundo do trabalho, frente à escola, aos *patrões* no tráfico de drogas e aos colegas das *quebradas*.

Com base na perspectiva do gênero, cabe estabelecer algumas aproximações entre os sistemas prisional e socioeducativo. Primeiramente, é importante ponderar que a situação de meninas e mulheres envolvidas em delitos tem sido negligenciada há séculos (Assis e Constantino, 2011). A invisibilidade das mulheres no sistema socioeducativo também se dá na academia, pois não há pesquisas sobre as jovens internas no período da Febem, nem após a transição para a Fundação Casa” (Gonçalves, 2017). Os motivos mais evidentes, observados por Assis e Constantino (2011), foram a sua reduzida incidência, se comparada à masculina, o papel secundário da mulher na sociedade e na vida extrafamiliar, o preconceito e a falta de pressão da opinião pública.

A incidência do gênero sobre a estrutura do sistema socioeducativo pode ser percebida por meio de diversos aspectos. Um deles se relaciona aos cursos

15 Dados os limites deste artigo e os vários elementos que propomos compreender, não será possível a realização de uma análise interseccional, capaz de articular com profundidade as dimensões do gênero, com a raça e a classe.

16 Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/pressreleases/2016/06/03/mapa-do-encarceramento-os-jovens-do-brasil.html>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

profissionalizantes oferecidos às jovens pelas unidades: “são de manicure, maquiadora, pintura em tela, teatro, culinária, horticultura, ou seja, atividades predominantemente voltadas para o lar para preparar jovens para ocupar o papel de ‘dona de casa’” (Gonçalves, 2017: 467). Embora algumas unidades apresentem cursos profissionalizantes voltados à atuação das meninas no mercado de trabalho, observa-se que se tratam de postos totalmente marcados pela precarização.

Além disso, Gonçalves (2017) observa ainda a maior proporção de funcionários do sexo masculino em unidades da Fundação Casa, o que estaria atrelado à lógica de respeito e submissão à hierarquia masculina que deve ser interiorizada pelas jovens. A destituição de bens e o processo de despersonalização também acabam por criar um curto-circuito na condição feminina. A vaidade pessoal é abafada por dispositivos e instrumentos, como uniformes masculinos, *lingeries* padronizadas, cabelos presos e ausência de acessórios.

Em pesquisa realizada na unidade de internação CASA Feminino Parada de Taipas, Conceição (2015) observou que há um estrito monitoramento das meninas da instituição. O controle acerca da movimentação das jovens que cumprem medidas socioeducativas traz à tona reflexões sobre o poder disciplinar problematizado por Foucault (2012). O autor argumenta que o uso de instrumentos, como o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação contribuem para a eficiência do poder disciplinar. “O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio.” (Foucault, 2012: 170).

3. As trajetórias de jovens no trabalho com o tráfico de drogas

3.1. Desigualdades, busca financeira e contexto familiar

Meninas e mulheres experimentam o cenário de exclusão social, do mercado de trabalho e de espaços urbanos. Assim, a marginalização nessas esferas as tem feito buscar postos informais ou ilegais como forma de melhoria de vida (Galdeano e Almeida, 2018; Ramos 2012). Nesse contexto, percebe-se a coexistência de fronteiras porosas entre o legal e o ilegal que se sobrepõem nos mercados de trabalho (Telles e Hirata, 2007). Esse embaralhamento faz com que os jovens transitem entre o legal, o informal e o ilícito, sem se engajarem em carreiras delinquentes. Nessa chave explicativa, o mercado de drogas se constitui, ao mesmo tempo, como uma forma de atuação profissional e como contribuição

financeira dentro de casa. “O tráfico se apresenta como um trabalho, senão de maior prestígio pela posição que assumem no crime, ao menos é uma atividade que lhes possibilita melhoria de vida” (Ramos, 2012: 109).

Entre as motivações para a participação feminina no tráfico está a necessidade de uma fonte de renda. Por isso, Cortina (2015) descreve o ingresso nessas dinâmicas criminais como um efeito da feminização da pobreza. O trabalho no mercado de drogas ilícitas tem uma remuneração maior em comparação à ofertada pelas ocupações lícitas destinadas aos jovens com baixa escolaridade. O fato de que o trabalho pode ser realizado no espaço doméstico é um fator importante para as mulheres, possibilitando que seja conciliado com as atividades domésticas e com o cuidado dos filhos. No caso das meninas, a atividade se apresenta como possibilidade de inserção no mercado diante da dificuldade e necessidade em encontrar emprego antes dos 18 anos, muitas vezes, com a escolaridade interrompida por fatores econômicos ou sociais. A necessidade de se obter renda, seja para autonomia própria ou para colaborar com as finanças da casa, pode ser percebida nas três entrevistas.

Giuliana, a primeira entrevistada, dividia o salário que recebia nas *lojas* com os familiares. “Conseguia ajudar minha mãe dentro de casa sem ela perceber, cuidar melhor dos meus cachorros e dos meus gatos. Sempre quis trabalhar, desde pequena vendia DVD para o meu tio na favela”, afirma. “Um pouco antes de ser presa, eu traficava, mas eu arrumei um emprego de monitora de perua escolar. Falei para o gerente que eu tinha arrumado emprego e ia parar de traficar. Passaram dois meses e fui demitida porque não podiam contratar menor. Aí ficou difícil, precisava trabalhar para sobreviver.” A terceira jovem entrevistada, Estela, afirma ter conhecido as drogas ao trabalhar na entrega de panfletos no bairro da comunidade em que vive, na zona leste de São Paulo. “Ganhava R\$ 15 com os panfletos. Os caras da *loja* falaram que eu ia ganhar muito. Então, comecei fazendo [o período da] manhã e tarde e, quando precisava, a noite também.” Parte do dinheiro que ganhava era destinado às compras de supermercado. “Chegava e colocava em cima da mesa. Minha mãe dizia que não queria nada, mas ela sabia que estava faltando. Meus irmãos viam, mas não falavam nada. Eu sustentava todo mundo.” A jovem acordava 5h30 para ir para a loja, cortar e separar a droga. “Comecei abastecendo, ganhava R\$ 50 por viagem, era mais do que com panfleto.”

Importante ressaltar que o tráfico de drogas também pode surgir na vida de meninas no contexto familiar, ou seja, a naturalização da traficância ilícita pode ocorrer entre aqueles que convivem na mesma casa. “O tráfico passa a ser visto como uma atividade comum, apartado do estigma criminal que o envolve,

e pode ampliar seu alcance e aceitação como típica empresa familiar” (Cortina, 2015: 768). Essa análise vai ao encontro da narrativa de Giuliana, que afirma ter aprendido a traficar com o pai. “Aprendi o que era droga com a minha mãe falando para o meu pai: ‘você fica trazendo drogas para dentro de casa.’ Meu pai guardava os tijolos na parede e a arma na geladeira.” A jovem afirma que “era normal.” “Eu levava para os meus tios, presenciava os meninos usando na frente de casa. Sempre estava no meio dessas coisas.”

3.2. A experiência feminina nas atividades do tráfico

As dinâmicas do tráfico de drogas reproduzem as relações misóginas e discriminatórias de gênero, tal como ocorre em outras esferas da sociedade. Às meninas e às mulheres são destinadas atividades secundárias e inferiorizadas. A lógica que se impõe no tráfico de drogas, que destina mulheres aos afazeres domésticos, é semelhante à divisão sexual do trabalho. Não raro, as jovens reproduzem papéis e tarefas associadas ao feminino, como cozinhar, limpar, embalar drogas ou realizar pequenas vendas (Ramos, 2012). A entrevistada Giuliana relata que seus superiores hierárquicos eram homens e que ela era a responsável pela organização das tarefas. “Usava a casa do meu pai, cortava, pesava e embalava a droga lá. Eu que limpava e deixava tudo em ordem.”

O crescimento na hierarquia do tráfico, comumente constituída por posições e cargos de patrão, gerente, vendedor, avião (responsável por levar e trazer a drogas), olheiro (fiscal), como aponta Feffermann (2016), coloca-se como oportunidade de diferentes formas para homens e mulheres. Percebe-se que o acúmulo de funções se sobressai tanto na *loja* quanto nas vidas privadas das jovens. Inseridas no trabalho das *biqueiras*, elas passam a vivenciar rotinas com cobranças e responsabilidades de adultos. Nesse sentido, é comum que garotas assumam funções de transportar, embalar e vender drogas, além de vigiar “casas-bombas”, locais destinados ao armazenamento das substâncias. Por meio das trajetórias, observa-se que as jovens chegam a assumir funções de gerência, porém, sempre com um acúmulo de tarefas. Tal sobrecarga, frequentemente, inclui a parte de cuidados, como preparar alimentos e limpar as *lojas*. Com isso, sob a falsa percepção de que seriam menos controladas do que os homens, as jovens sobrepõem atividades de alto risco e acabam mais sujeitas à incriminação.

Estela relata que meninos e meninas ocupam posições hierárquicas diferentes nas atividades das *lojas*. A jovem afirma que, apesar da dedicação ao trabalho, sempre se sentiu *passada para trás*. “O cara que gerenciava comigo

ganhava muito mais do que eu, mesmo eu não usando drogas. Ele sempre batia errado o caixa. Por ser mulher você não tem a mesma confiança dos donos.” A afirmação da menina indica que a ocupação de cargos no mercado ilícito segue uma lógica semelhante àquela imposta às mulheres no mercado formal e até mesmo informal.

Em outro momento, Estela relata que exercia a função de transportar a droga porque, segundo ela e seus superiores hierárquicos, a polícia normalmente não desconfia do envolvimento da mulher no crime. “Eu passava batida por ser mulher. É mais fácil para uma mulher abastecer a loja do que um homem. Difícilmente uma viatura para e um policial encara uma mulher”, afirma. O relato vai de encontro à visão construída ao longo do século XX, de que a criminalidade, a agressão e a violência não são compreendidas como parte da natureza feminina (Barcinski, 2009).

Giuliana trabalhava diretamente com o pai e o padrinho, e afirma ter conquistado o respeito da comunidade em que vivia. No entanto, é preciso considerar que sua imagem na *loja* estava vinculada a de figuras masculinas já conhecidas na região. Ao ser chamada para participar de um roubo de veículo, contudo, foram as características relacionadas ao estereótipo feminino que definiram sua atuação. “Como era bonitinha, novinha, fiquei na missão de distrair o motorista enquanto eles roubavam o caminhão.” Nessa descrição, é possível perceber como a participação feminina pode ser secundarizada na criminalidade.

Ao pensarem que não serão comumente abordadas pela polícia, algumas mulheres e meninas ficam ainda mais expostas, tornando-se mais vulneráveis aos flagrantes. Há relatos de casos em que as meninas são colocadas na linha de frente para *segurar o B.O.* [Boletim de Ocorrência] (ser detida pela polícia no lugar de seus colegas homens). Em 2015, Karina, a segunda jovem entrevistada, diz ter se envolvido em uma briga com um jovem com quem trabalhava na *loja*. “Quando ele foi preso, disse que eu era gerente. A polícia foi até a minha casa e encontrou o caderno de contabilidade cheio de anotação. Eu só guardava o caderno. Fiquei com medo, mas pensei que se era Deus que estava me mandando passar por isso, eu ia passar.” Nesse relato, pode-se observar o uso estratégico dos papéis de gênero nas atividades do crime.

Em um momento da entrevista, Karina reproduz os discursos de que a criminalidade é um espaço naturalmente ocupado por homens e de que mulheres devem ocupar espaços domésticos. “Se é feito para homem, imagina para mulher. Mulher tem que estar dentro de casa, não no meio do tráfico. Hoje eu penso assim, antes não pensava.” Um dos conceitos que explica a disseminação

desse tipo de narrativa é o de “dupla desviância”¹⁷, que explica a maior reprovabilidade da conduta criminosa feminina. A inserção na ilegalidade é punida pela Justiça e o desvio dos papéis que cabem ao seu gênero, julgados moralmente pela sociedade.

Sob uma perspectiva comparada à experiência dos meninos, apresentada por meio dos trabalhos de Zalar (2012) e Lyra (2013), verifica-se que as jovens sofrem diversas sujeições por parte dos comandos das *biqueiras* e dos colegas. Elas são frequentemente questionadas quanto à capacidade de atuação nas atividades do tráfico, impedidas de ascender na hierarquia da *loja* quando assumem relacionamentos, podendo ter ações ou comportamentos ainda mais controlados. Com esse amplo espectro de opressões, surge a falsa percepção de que “mulheres não têm habilidade para o tráfico” ou de que o motivo de ingresso estaria exclusivamente relacionado a atividades dos companheiros nas dinâmicas criminais.

4. O tráfico de drogas como trabalho: entre a precariedade e a autonomia

O tráfico de drogas é compreendido por Marisa Feffermann (2006) como uma atividade inserida em uma sociedade em que o modo de produção estabelece as relações sociais e econômicas. Segundo a autora, trata-se de um tecido social controlado pelas leis do lucro, em detrimento de outras relações, que está “sob a égide das leis objetivas do capital e coloca o homem como mais uma das mercadorias no jogo econômico” (Feffermann, 2006: 209). Nesse sentido, o tráfico se coloca como forma de inserção ilegal no mundo do trabalho e tem servido para a acumulação do capital, criando uma reserva de força de trabalho desempregada ou parcialmente desempregada. Uma grande parcela dessa população passa a desenvolver estratégias de sobrevivência, sob a mesma lógica de sacrifício e dominação que se reproduz na sociedade.

Misse (1999) classifica o tráfico como o mercado ilícito mais importante nos dias de hoje, baseando-se no fato de ser duplamente informal: a mão de obra não pode ser regularizada, tendo em vista o caráter ilegal das mercadorias, e por fazer parte de um mercado em si criminalizado. Como nas empresas que não garantem condições mínimas de trabalho e sugam do funcionário qualquer benefício, o tráfico promete garantias, como salários mais altos, ganhos

17 Conceito citado no capítulo “Opressão e Transgressão: o paradoxo da atuação feminina no tráfico de drogas”, das autoras Fernanda Macedo Ferreira, Inaiê de Melo Bendlin, Juliana de Oliveira Horst, Priscilla Horwat Delaporte e Thais Candido Stutz Gomes, parte integrante do Dossiê: As mulheres e o sistema penal. Disponível em: <<http://www2.oabpr.org.br/downloads/dossiecompleto.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

mais rápidos, ascensão hierárquica e conquista de poder em um determinado território, mas, em troca, oferece aos seus trabalhadores dívidas intermináveis (Feffermann, 2006).

A pesquisa “Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social”¹⁸, produzida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), também analisa a inserção de jovens nessas dinâmicas a partir da perspectiva do trabalho. Isso porque o relatório menciona o decreto número 3.597, publicado em 2000, que regulamenta a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e considera a “utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e o tráfico de drogas” como uma das piores formas de trabalho.

Dessa forma, haveria uma ambiguidade jurídica-normativa no Brasil no que se refere à inserção do jovem nesse mercado. De acordo com o estudo, se o Estatuto da Criança for aplicado ao adolescente pego pela polícia por produzir ou vender drogas, a sanção será uma medida socioeducativa. Se os Tratados Internacionais e o Decreto brasileiro sobre as piores formas de trabalho infantil forem levados em conta, considera-se que o mesmo adolescente está exposto a uma modalidade de trabalho. “Na primeira perspectiva, a categoria ‘ato infracional’, análoga ao crime, é enfatizada enquanto na segunda, o trabalho infantil ocupa papel central” (Galdeano e Almeida, 2018: 18).

A exposição a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou condições degradantes não são exceções na realidade dessas famílias (Galdeano e Almeida, 2018). Há uma evidente continuidade entre esse histórico familiar de precarização e a inserção dos jovens como mão de obra na economia urbana informal. Neste contexto, “a venda de drogas em biqueiras se apresenta como uma forma de trabalho válida para sujeitos ainda em formação” (Galdeano e Almeida, 2018: 41). Em convergência com o estudo, as trajetórias das entrevistadas demonstram que o histórico de precarização influenciou, em alguma medida, o envolvimento com as dinâmicas criminais, as quais, por sua vez, igualmente se desenvolvem num contexto de vulnerabilidade e exploração.

A inserção dos jovens no comércio de drogas vem sendo estudada desde a década de 1980, com o trabalho de Zaluar (2004), que, a partir de pesquisas de campo na cidade do Rio de Janeiro, interpreta como característica definidora do “ser bandido” a disposição para matar como componente de um *ethos* guerreiro,

18 Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Tr%C3%A1fico-de-Drogas-Trabalho-Infantil_ebook.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2020.

de masculinidade e virilidade. Toda essa postura teria como objetivo o consumo e o *status* individual, o acesso a roupas de marcas, tecnologias e produtos. As abordagens mais recentes observam que o envolvimento dos jovens no comércio de drogas traduz o desejo de serem libertos, “da conquista da dignidade em seu nível mais elementar, de construir sua própria vida e de afirmar sua autonomia perante o mundo” (Lyra, 2013: 281).

Diferentemente do Rio de Janeiro, no Estado de São Paulo, meninos e meninas que atuam no mercado de drogas, em geral, não trabalham armados. O local de trabalho não é o morro, mas a “quebrada”. Malvasi (2012) afirma que o tráfico de drogas em bairros da periferia da capital pode ser contextualizado a partir de um cenário de gestão empresarial cujos pontos de venda têm fluxo operacional semelhante: turnos iniciados às sete da manhã, que se revezam a cada doze horas. O autor também percebe que, para atingir maior lucratividade e liquidez, a ordenação das atividades implica a flexibilização do trabalho dos jovens vendedores, um modelo contemporâneo de gestão que acompanha a tendência de tornar o trabalhador maleável.

Estela tinha entre 16 e 17 anos quando começou a trabalhar na *loja* e acordava às 5h30 para chegar ao local, cortar e separar a droga. “Tem muito movimento, funciona 24 horas”, afirma. “Comecei abastecendo e ganhando R\$ 50 por viagem. Se eu trabalhasse até tarde era hora extra. Cheguei a ganhar R\$ 300 por dia. A gente vê nas reportagens que traficante ganha a vida fácil, mas tem hora para abrir e fechar. É mais tempo do que o trabalho em uma empresa”. A fala da jovem reforça a ideia exposta por Lyra (2013) de que há uma visão do jovem traficante como um “novo rico”, que experimenta uma vida de luxo e ostentação. Mas, na verdade, são garotos franzinos, mal vestidos, angustiados e arriscando a vida por um valor em dinheiro (Lyra, 2013).

Além desta dimensão, o trabalho no tráfico não possui uma adesão baseada em critérios economicistas, mas se trata de um símbolo de importância moral, percebido ou imposto (Galdeano e Almeida, 2018). A participação é considerada como um modelo inclusivo, pelo qual os jovens conquistam rapidamente novas funções, cujos salários são muito mais elevados do que aqueles que seriam pagos a um adolescente recém-ingressante no mercado formal. A relação com o trabalho aparenta ser fluida: por um lado, os jovens são subordinados a um conjunto de regramentos específicos e, por outro, tem a sensação de poder e pertencimento quando ascendem na hierarquia do tráfico. Não raro, meninos e meninas se tornam rapidamente gerentes dos negócios, conquistando notoriedade diante de seus superiores e se transformando em “empreendedores de si”. Nesse sentido, o comércio de drogas oferece um

lugar no mundo para os mais jovens, renda, códigos de sociabilidade, *status* e justiça (Feltran, 2011).

Sob a perspectiva dos jovens, o comércio varejista de drogas é visto como uma forma de trabalho com oportunidades legítimas de promoção de sua autonomia (Lyra, 2013). Feffermann (2006) identifica características próprias do mercado de trabalho formal e informal nos depoimentos de jovens de São Paulo que emprestam sua mão de obra ao comércio de drogas. A hierarquia, pontua a autora, é constituída pelo patrão, gerente, vendedor, avião, o olheiro, mas, dependendo do tamanho do ponto, pode se modificar. A estrutura verticalizada proporciona aos jovens ganhos baseados em meritocracia e capacidade para sustentar casa, reforçar a renda dos pais e adquirir bens de valor simbólico (Lyra, 2013; Feffermann, 2006).

As jovens Estela e Giuliana relatam como chegaram à gerência da *loja*, posto que, para meninas e mulheres, significa o acúmulo de diversas funções, além da administração geral do espaço. “Com o tempo, o dono me deu uma oportunidade. Ele disse que eu estava me saindo muito bem e perguntou se eu queria ser gerente. Só que eu tinha que dar conta de tudo: falta de droga, apreensão, compra de marmita para quem trabalhava lá, tudo era responsabilidade minha”, afirma Estela. Giuliana também diz que chegou à gerência em pouco tempo. A jovem costumava trabalhar das 7 horas às 19 horas, mas conta que já trabalhou durante toda a madrugada. “No crime não pode ter falha. Meu pai me ensinou isso desde o dia que resolvi entrar”, afirma ao se referir à quantidade de droga que os jovens recebem e podem usar para consumo próprio, fora do horário de trabalho.

Existem várias maneiras para o jovem ascender na boca (Lyra, 2013), mas em todas elas o que determina seu crescimento é o grau de confiança que desperta nos superiores. Chegar no horário, desempenhar bem a função, não consumir o produto e ser corajoso são fatores que tornam o jovem confiável e apto a assumir um cargo. Para o autor, é um tipo de comércio que pode ser equiparado a uma pequena empresa local, em função de determinadas características, entre elas, o *franchising*, estratégia na qual o franqueador oferece sua marca, infraestrutura e conhecimento, e o franqueado investe, trabalha e paga parte do faturamento.

O ingresso, a permanência e a saída do tráfico são objetos de estudo de diversos autores. Zaluar (1997) afirma que a motivação desses jovens é a revolta diante da realidade em que vivem, em relação à diferença social existente e o desejo de poder e possuir objetos de consumo difundidos de forma intensa pela indústria cultural. Feffermann (2006) aponta que o processo de entrada é impulsionado pela falta de oportunidade de se obter um emprego formal e pelo dinheiro. Lyra (2013) relaciona a permanência ao cumprimento de normas

estabelecidas por superiores. “A desobediência dessas regras implica multas que variam conforme a gravidade da infração” (Lyra, 2013: 140). No trabalho do tráfico, tudo se torna mercadoria, inclusive a vida dos trabalhadores (Feffermann, 2006).

Estela e Giuliana descrevem momentos em que fica evidente o conjunto de regramentos a ser seguido na rotina do tráfico. Estela afirma que os donos da *loja* em que atuava gostavam de seu trabalho. “Eles queriam que eu ficasse porque batia todas as contas certas, o outro menino [também gerente] usava muito pó, dava muito vacilo, fechava as contas erradas. Mas eu acumulei muitas funções”, afirma. Ao contrário de Estela, Giuliana teve uma experiência negativa ao tentar vender um tipo de droga que não era autorizada pela chefia. “Fizemos uma mistura de drogas e não sabia que quem vendia era o pessoal do Comando Vermelho. Quase que *nóis morre* por causa disso. O *salve*¹⁹ veio para mim e meu parceiro pelos irmãos que são os linhas de frente. Tivemos que desenrolar as ideias.”

Para além destes significados, há no tráfico um sentido que não é medido pela acumulação material. Para o jovem morador do morro, alijado de outras possibilidades de agremiação juvenil, Lyra (2013) observa que a vida em contato com dinâmicas do crime oferece a perspectiva de proteção. O sentido oculto do tráfico “subscreve uma necessidade de identidade coletiva (...), uma luta que não remete às balas e fuzis, mas ao bom combate da construção de redes sociais consistentes e eficazes, nas quais uma existência individual possa de fato ser significadora para o todo” (Lyra, 2013: 146).

Karina relata justamente essa intenção ao atuar no tráfico de drogas. Aos 14 anos, ela conta que era convidada pelas amigas a subir a rua e estar presente nos locais utilizados para o comércio de drogas. Com base em sua narrativa, entende-se que o envolvimento da jovem no tráfico se deu também pelo sentido oculto de pertencimento ao *lócus* de aceitação e experimentação para o mundo social descrito por Lyra (2013). Apesar da fala acerca da obtenção de “ganhos fáceis” se fazer presente, nota-se que tem mais peso na narrativa a vontade de querer estar próxima às amigas nos espaços da rua. Após ter cumprido medida socioeducativa de internação entre os anos de 2015 e 2016, Katarina relata ter modificado suas relações sociais. “Hoje é bem difícil eu ter amigos. As pessoas sentem muito preconceito. O povo acha que a gente é criminosa, só porque fizemos isso uma vez, vamos fazer de novo.”

19 Dias (2013) explica que “salves” são de avisos, informações, ordens e todo tipo de mensagens oriundas dos escalões superiores do PCC. A origem, o destino e a finalidade das mensagens, observa a autora, são as mais variadas e cabe ao responsável recebê-las e transmiti-las para que cheguem ao destino preservando o significado original.

Ao emprestar sua mão de obra ao tráfico de drogas, os jovens têm suas trajetórias profundamente marcadas por diversas formas de exploração. “A rotina de trabalho nas ‘lojinhas’ os expõe a diversos riscos, os quais submetem tais adolescentes a situações mental, física, social e moralmente perigosas e prejudiciais” (Galdeano e Almeida, 2018: 59). Expostos aos mais graves riscos, os jovens atuam na fronteira entre a polícia e a droga, com negociações e trocas ilícitas. Quando não ocorre o “acerto” entre jovens e policiais, os adolescentes são alvo de extorsões e sequestros por parte de policiais que cobram o dono da “biqueira” (Galdeano e Almeida, 2018: 61). O enfoque da repressão está no pequeno operador, marginalizado, e exposto à violência física e simbólica tanto por parte da polícia quanto por seus superiores hierárquicos.

A *loja* em que Estela trabalhava ficava, segundo ela, em um local arriscado, em um bairro da zona leste de São Paulo. “Eles viram a oportunidade de reativar aquele ponto. Peguei um dia para traficar a noite. Até hoje não sei como consegui ficar. Da última vez, a polícia matou quem trabalhava ali.” Giuliana, por sua vez, recorda que foi obrigada a entrar em um veículo da polícia. “Pensei: meu Deus, vou ser sequestrada. Colocaram um saco na minha cabeça, andaram comigo um tempão até que cheguei numa sala com computadores”, lembra. “Resgataram uma conversa minha falando de drogas com o Buiú [dono da loja]. Tivemos que dar R\$ 12 mil se não, não me soltavam.”

5. Ambivalências nos discursos: autonomia e precariedade

As jovens Giuliana e Estela demonstram, em certa medida, dimensões de agência e autorreflexão. “Eu, particularmente, sempre me atraí por esse lado de drogas, de roubo. Minha mãe sempre me falava que eu era igual meu pai, onde tinha coisa ruim eu queria estar. E é verdade. Tento me controlar e aprender a viver na sociedade”, afirma Giuliana. Aos 12 anos, a jovem decidiu se afastar da igreja e da vida com a mãe para viver na casa do pai e, assim, aproximar-se do tráfico de drogas. Apadrinhada pelo dono da *loja*, passou por todas as funções e, rapidamente, chegou à gerência dos negócios ilícitos. “Usava a casa do meu pai, cortava, pesava e embalava. Achava o máximo isso, todo mundo me conhecia por causa do meu pai.” Na ocasião em que participou do roubo de um caminhão, Giuliana conta que insistiu com o padrinho para participar. “Não me arrependo e não tive medo.” A racionalidade e a intencionalidade são elementos presentes na narrativa da jovem também quando conta que, após o primeiro assalto, sentiu vontade de começar a roubar sozinha. “Sempre gostei de roubar. Se tem sangue no olho, você vai crescendo.”

A jovem Estela começou no mundo do crime por meio da experiência do roubo e sua fala sugere alguma intencionalidade. “Meu primeiro B.O. foi assalto. Andava com um menino mais novo até hoje envolvido no crime e ele deu a voz de assalto, comemoramos porque pegamos R\$ 50. Não era pelo dinheiro, era pela adrenalina”, afirma. Depois, embora expresse o desejo de suprir as necessidades financeiras da família, a jovem aparenta sensação de satisfação pessoal ao comentar o crescimento na loja. “Eu tinha 17 anos, estava me achando, ia ganhar mais, estava na gerência.”

Apesar da aparente sensação de poder e liberdade proporcionados pela atividade, precariedades, desigualdades e opressões marcam significativamente as narrativas das entrevistadas. É possível perceber que a feminização da pobreza e da punição incidem diretamente na trajetória das meninas, cujas vidas são marcadas por diferentes vulnerabilidades, processos de criminalização e opressões de gênero, raciais e sociais. Dessa forma, levando em consideração os motivos citados anteriormente que levam ao ingresso na atividade, observa-se que a atuação no tráfico é relacionada ao poder de consumo, à liberdade, à autonomia, à aceitação, ao pertencimento, ao desvinculamento de papéis sociais e de gênero impostos e à subversão à ordem que lhe é imposta por meio do Estado. Todos esses fatores se relacionam diretamente aos meios de resistir às relações de poder. Com isso, entende-se a atuação das jovens nessas dinâmicas como uma forma de resistência ao contextos de precariedades e desigualdades.

Desde a infância, Giuliana tem lembranças sobre o envolvimento do pai com substâncias ilícitas. “Ele sempre usou drogas, chegou a usar crack, cheirava e batia na minha mãe. Minha vida sempre foi assim, com meu pai batendo nela”, diz. Os conflitos dentro da casa eram recorrentes e motivaram diversas brigas entre os filhos. “Ela acabava descontando em nós. Os vizinhos ligavam para o Conselho Tutelar e uma vez levaram a gente [ela e os irmãos] para o abrigo. Lá tive contato com pessoas diferentes que usavam drogas. Mas já tinha visto tudo dentro de casa.”

As condições de pobreza e situações de violência doméstica se repetem também na trajetória de Estela. “Meu pai se separou da minha mãe por causa da bebida, eu via muito a cena dele pegar a faca e ela se esconder embaixo do colchão. Ele chegava bêbado em casa e queria brigar. A droga e o álcool consumiram meu pai”, diz Estela. “Minha mãe cobrava que ele tivesse dinheiro para casa e ele ficava muito estressado. Ele gastava mil reais na rua e a gente sem dinheiro para comprar o pão.” Em diversos momentos da entrevista, percebe-se que a dificuldade financeira da mãe e dos irmãos também foi um dos fatores que motivou a entrada da jovem no tráfico.

O caso de Karina não difere das demais entrevistadas neste aspecto. A jovem mora com a mãe e os irmãos em um bairro da periferia da zona norte de São Paulo. “Quando eu era criança, meu pai viajou sozinho para a cidade dele e traiu minha mãe. Depois disso, eles se separaram”, afirma. A menina afirma que a mãe trabalhava o dia todo, o que a fazia permanecer muito tempo na rua e na companhia de amigos da comunidade. “Ficava sozinha, minhas irmãs dormiam e eu ia para a *loja* enquanto minha mãe trabalhava.”

Hoje, após terem vivenciado a experiência da internação em unidades da Fundação Casa de São Paulo, as jovens apresentam diferentes reflexividades acerca da participação nas atividades do tráfico. Giuliana, que atualmente trabalha como auxiliar de cabelereira, acredita que a única coisa que a fez deixar de participar das atividades ilícitas foi a maternidade. Ainda assim, manifesta preocupação constante com as formas de obtenção de renda. “Parece que a vida está me testando, esses dias estava sem um real no bolso. Se fosse antes não pensaria duas vezes em ir numa *loja* e roubar. A vontade de todo mundo que está no crime é sair, mas não é fácil. O problema é o sistema, não tem emprego *pra* todo mundo.”

Para Karina, que hoje atua como monitora de peruas escolares, o trabalho também ocupa uma posição central em sua fala. “Chego às 6h na casa da dona da perua e fico até às 8h10, quando as crianças entram na escola. Depois tem a saída das crianças, volto às 16h e fico até as 19h15, quando fico livre. Hoje nem de fim de semana eu fico mais na rua”, afirma a jovem que sonha em ser proprietária de um salão de beleza. Em contrapartida, Karina ressalta que hoje não “tem amigos”, uma vez que substituiu as relações sociais que mantinha na região pelo universo do trabalho formal. Estela, por sua vez, ao refletir sobre o tráfico, afirma que “o crime usa os jovens” e ressalta o trabalho como “jovem aprendiz” que desempenhava no momento da entrevista. “É uma viagem, pego cinco conduções *pra* chegar. Mas, *pra* mim, esse emprego é tudo, é a minha sobrevivência. Precisava de um emprego assim antes.”

Assim, com base nas trajetórias das jovens apresentadas, é possível perceber que a repartição e acúmulo de tarefas designadas às meninas faz com que elas sejam muito mais vulneráveis aos dispositivos de incriminação do que os meninos que atuam no tráfico. Além disso, deve-se considerar ainda que, diferentemente dos fatores que motivam a entrada dos jovens nessas atividades, relacionados ao *ethos* guerreiro (Zaluar, 2004), as meninas adentram ao universo do tráfico para, entre outros motivos, subverter papéis de gênero que lhes foram impostos em núcleos sociais e familiares. Nesse sentido, percebe-se que

a atividade gera condições de reflexividade nas jovens, permitindo-lhes agir em oposição ao poder normalizador. As meninas encontram no trabalho ilícito de venda de drogas um meio de se sentirem livres, ressignificarem maus-tratos e abusos sexuais que viveram na infância e refutarem funções e papéis socialmente relacionados ao feminino.

6. Considerações finais

A análise das trajetórias das três jovens com passagem pelo sistema socioeducativo de São Paulo por envolvimento com o comércio ilícito de drogas possibilitou a compreensão de diversos aspectos comumente invisibilizados diante da menor projeção da atuação feminina em dinâmicas criminais. Ao descrever suas experiências em atividades relacionadas ao tráfico, as meninas explicam o ingresso no comércio das substâncias, sobretudo, a partir de uma busca por independência financeira, autonomia, protagonismo e novas sociabilidades. Em suas narrativas, reconhecem a existência de elementos externos, como a pobreza e a desigualdade social, como fatores que marcam períodos da infância e da adolescência, porém, não necessariamente relacionam tais marcadores de classe ao ingresso no tráfico.

A atuação na venda de drogas é descrita pelas jovens com naturalidade, uma vez que a atividade emerge como uma forma de trabalho a uma parcela da sociedade com pouca formação escolar e que não seria aceita em empregos formais antes de completar 18 anos. Nesse sentido, as trajetórias das jovens e seus familiares demonstram o embaralhamento e a porosidade das fronteiras entre o legal e o ilegal, descritas por Telles e Hirata (2010). Observou-se, também, que o ingresso das jovens no tráfico pode ocorrer por meio do ciclo familiar ou de amigos. Como pontuou Cortina (2015), o tráfico passa a ser visto como uma atividade apartada do estigma criminal. As entrevistadas relatam ainda que a entrada nessas dinâmicas também ocorre para possibilitar a convivência com jovens do mesmo bairro. O espaço da rua, onde permanecem os jovens que trabalham nas drogas, é percebido como refúgio, *locus* de interação e espaço de pertencimento social.

Entre os motivos citados para a permanência no tráfico, é possível afirmar que as jovens possuem desejos vinculados ao consumo, como roupas e objetos, porém, essa busca não se constitui a totalidade de seus anseios. Como apontado por Lyra (2013), o desejo maior e mais profundo é a liberdade e a conquista da dignidade em seu nível mais elementar: a busca pela construção da própria vida e reafirmação de sua autonomia perante o mundo, com uma casa, uma família

e um trabalho. Este último aparece como categoria central ao explicarem como modificaram suas rotinas após a passagem pela Fundação Casa de São Paulo. O trabalho no mercado formal é descrito como horizonte a ser percorrido e como meio para evitar o contato com as práticas criminais vivenciadas.

As entrevistadas forneceram diversos elementos que possibilitam o entendimento do comércio ilegal de drogas com base na perspectiva do trabalho: a existência de níveis hierárquicos, diferentes funções exercidas, o entendimento sobre jornadas a serem cumpridas e atividades a serem desempenhadas. As jovens citam fatores como independência financeira, autonomia e necessidade de complementar a renda familiar, o que reforça que sua atuação no tráfico não está vinculada essencialmente à atuação de companheiros, como sugerem análises mais superficiais. Como afirmou Cortina (2015), elas ingressam na atividade para obter reconhecimento e oportunidades que não encontram no mercado formal e informal de trabalho.

Além disso, fica evidente a capacidade de subversão das adolescentes por meio da permanência das jovens nos pontos de comércio de drogas, locais extremamente marcados pela presença e pelos comandos masculinos. A exposição aos riscos no dia a dia das jovens se torna evidente. Giuliana afirma que, com a experiência na venda de substâncias, passou a ser chamada para participar de outros crimes. Ela se refere a esse período como o *flash*. A palavra é usada para se referir ao momento em que se fica na linha de frente com a polícia. Ao mesmo tempo em que ganhava dinheiro e *status*, ela se sentia mais exposta durante as incursões policiais na região em que vivia. A exposição descrita por ela, observou Feffermann (2006), ocorre tanto em relação às abordagens policiais quanto para o cumprimento de procedimentos exigidos pelo crime organizado, presente em níveis hierárquicos mais elevados das *lojas*.

Percebeu-se que os comandos para as atividades no tráfico partiam de núcleos formados majoritariamente por homens. As funções assumidas pelas meninas, mesmo quando acompanhadas de algum destaque, foram descritas como inferiores às de parceiros masculinos. As jovens afirmaram que eram escolhidas para determinadas funções do crime, tendo em vista sua habilidade no trabalho doméstico, historicamente direcionado às mulheres, e aos atributos físicos. De acordo com as jovens, a escolha pela atuação feminina no tráfico de drogas seria justificada por superiores hierárquicos pelo fato de serem “menos visadas pela polícia”, esvaziando mulheres da agência criminal e, ao mesmo tempo, tornando-as mais incriminadas por agentes de segurança.

Apesar de enfrentarem uma maior sobrecarga de funções e responsabilidades na rotina das *lojas*, desempenharem tarefas relacionadas à limpeza, cuidado

e organização, ao mesmo tempo em que gerenciam as unidades, e sofrerem maior controle dos comandos masculinos no desempenho “profissional” e na vida pessoal, as jovens têm a capacidade de agência no crime constantemente invisibilizada. Dessa forma, conclui-se que a atuação das meninas no tráfico de drogas reproduz as mesmas discriminações presentes no mercado formal e informal de trabalho.

A discussão sobre a participação de meninas em atividade ilícitas é ainda um assunto pouco abordado, configurado em um campo de pesquisas no qual ainda há muitas lacunas. Compreender as dinâmicas que envolvem a participação de jovens no comércio de drogas ilícitas, em sua intersecção com o fenômeno da precarização do trabalho e das assimetrias de gênero é uma proposta complexa que envolve múltiplas dimensões analíticas. Neste texto, não se pretende esgotar as lacunas existentes, mas, contribuir com algumas reflexões sobre as ambiguidades que se delineiam ao olhar para a participação de jovens meninas, com passagem pelo sistema socioeducativo, nas atividades do comércio de drogas: independência e autonomia, ao lado de exploração e subalternização; agência e liberdade, em par com a opressão e a vulnerabilidade. O trabalho precário e o gênero se constituem como os fios a tecer esses pares, a um só tempo, dicotômicos e complementares.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. *Scritta*, ANPOCS. São Paulo, 1994.
- _____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia. *Juventude e Adolescência no Brasil*. São Paulo, Ação Educativa, 2005.
- ALVAREZ, Marcos Cesar. A questão dos adolescentes no cenário punitivo da sociedade brasileira contemporânea. *Revista Adolescência e Conflitualidade*. São Paulo, v. 10, 2014, pp. 110-126.
- _____.; CUKIERKORN, Mônica Moreira de Oliveira Braga.; PAULA, Liana de e SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP, 1990 - 2006). *Revista Brasileira Adolescência e Conflituosidade*. São Paulo, v. 1, 2009.
- ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001, 284 p.
- BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.14, n. 5, 2009, pp.1843-1853.

- BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Revan, 2003.
- CERQUEIRA, Daniel. Atlas da Violência 2021. Daniel Cerqueira et al. *FBSP*, São Paulo, 2021.
- COELHO, Edmundo Campos. *Oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- CONCEIÇÃO, Cristiane Batista. A adolescente em privação de liberdade em São Paulo: Reflexões sobre a internação feminina no CASA Feminino Parada de Taipas. Dissertação de mestrado, Ciências Humanas e Sociais, UFABC, 2015.
- CORTINA, Monica de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 23, 2015, n. 3, pp. 761-778.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* New York, Random Houve, 2003 (Steven Sorries Press Open Media).
- . *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes; GONÇALVES, Rosangela Teixeira. Sistema carcelario brasileiro, el fortalecimiento de los Comandos y los efectos perversos sobre las mujeres presas: Sao Paulo como paradigmas. In: Carrión, Fernando (Org.). *La política en la violencia y lo político de la seguridad*. Quito, Equador, Flasco, 2017, pp. 95-122.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo, Saraiva, 2013.
- FEFFERMANN, Marisa. *Vidas Arriscadas. O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2006.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n. 58, 2010, pp. 59-73.
- . *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp, 2011, 376 pp.
- . *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- FRAGA, Paulo Cesar Ponte; IUNIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Jovens em tempo real*. São Paulo, Editora DP&A, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Wmf Martins Fontes, 2010.
- . *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 40. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2012.
- GALDEANO, Ana Paula; ALMEIDA, Ronaldo. *Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), 2018.

- GONÇALVES, Rosângela Teixeira. A juventude fora da CASA: os jovens egressos do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA. Dissertação de mestrado, Sociologia, Unesp – Marília, 2015.
- _____. Entre o mundão e a Casa: A passagem pelo Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa) e a aproximação aos códigos e procedimentos do sistema prisional. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2017, pp. 449-478.
- LYRA, Diogo. *A república dos meninos - Juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro, Mauad X, FAPERJ, 2013.
- MALVASI, Paulo Artur. Interfaces da vida loka – Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese de doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2012.
- MANSO, Bruno Paes. Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010. Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo, Contexto, 2007.
- SINHORETTO, Jacqueline. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília, Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2015, 112 p.
- MISSE, Michel. Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade Candido Mendes, 1999.
- PAULA, Liana de. Cidadania, corpo e punição: expansão e violação de direitos civis de adolescentes internados na antiga Febem/SP. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 34, n. 3, 2019, pp.719-744.
- _____. Da “questão do menor” à garantia de direitos – Discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. *Civitas*. Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2015, pp. 27-43.
- _____. Permanências e rupturas nos discursos e práticas sobre adolescentes e criminalidade na cidade de São Paulo. In: Alessandra El Far; Andrea Barbosa; Javier Amadeo. *Ciências sociais em diálogo*. São Paulo, Ed. Fap-Unifesp, 2014, pp. 471-490.
- RAMOS, Luciana de Souza. Por amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas. Dissertação de mestrado, Direito, Universidade de Brasília, 2012.
- RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Narrativas e entrevistas em pesquisas qualitativas: história oral como possibilidades teórico-metodológica. *Revista Ciências Humanas*.

Taubaté, São Paulo, v. 14, n. 1, 2021, pp. 1-10.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, pp. 71-99.

TEIXEIRA, Alessandra. Construir a delinquência, articular a criminalidade. Um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 2012.

TELLES, Vera S. e HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras INCERTAS entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Revista de Estudos Avançados da USP*, São Paulo, v. 21, n. 61, 2007, pp. 171-191.

ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, 440 p.

———. Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 55, n. 22, 2012, pp. 327-365.

Recebido em: 15/06/2020

Aprovado em: 02/05/2022

Como citar este artigo:

DIAS, Camila Caldeira Nunes; CORRÊA, Fabíola Perez. Entre a autonomia e a precarização: a inserção de meninas com passagem pelo sistema socioeducativo nas dinâmicas do tráfico de drogas com base na perspectiva do trabalho. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 3, set. – dez. 2022, pp. 873-901.